

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Entre 2018 e 2019, militares da GNR agrediram, espancaram e sequestraram imigrantes em Odemira. Em dezembro de 2023, um imigrante indiano foi executado em Setúbal por motivação racista. Já em, 2024, em janeiro, um grupo de jovens agrediu um imigrante nepalês em Olhão. Em maio, na cidade do Porto, uma exposição organizada por uma associação de imigrantes Ucrânios em Portugal foi vandalizada e os seus participantes vítimas de insultos racistas. No mesmo mês, um grupo de 15 indivíduos encapuzados forçou a entrada numa casa na zona do Bonfim, no centro do Porto, onde vivia um grupo de imigrantes, a maior parte argelinos, tendo agredido os presentes com paus. Em junho passado ocorreu a violenta agressão de dois cidadãos imigrantes e, em setembro, dois imigrantes, de nacionalidades indiana e marroquina, foram esfaqueados, ambos os episódios na cidade do Porto. Segundo foi noticiado, o ataque foi levado a cabo pelo mesmo agressor, tendo este proferido insultos racistas enquanto perpetrava estes atos. Na semana passada, dois trabalhadores da casa Odara, um centro cultural fundado por brasileiros no Porto, foram insultados e agredidos a pontapé, tendo o agressor proferido expressões racistas e xenófobas enquanto perpetrava as agressões.

É hoje evidente que os ataques violentos a imigrantes são uma realidade em Portugal que ocorre um pouco por todo o território e com cada vez maior frequência. Esta factualidade tem causado, como é natural, um forte sentimento de insegurança nas comunidades imigrantes, pelo que, também por essa razão é imperioso que episódios como este, não tendo sido prevenidos, sejam rápida e eficazmente apurados pelos órgãos de investigação criminal.

Ora, chegou ao conhecimento do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda que as instalações da AIMA na cidade do Porto foram vandalizadas esta noite pelo grupo Habeas Corpus, tendo sido colados cartazes na respetiva fachada com inscrições em letra garrafal, a preto e vermelho, "AIMA ENCERRADA" e "AIMA encerrada enquanto os portugueses não tiverem saúde, segurança, habitação, emprego, educação". Segundo foi reportado, terá ainda ocorrido um ataque ao sistema informático da AIMA, desconhecendo-se qual a sua extensão e impacto.

Como é natural, esta situação deixou os utentes e trabalhadores daquela loja da AIMA inquietos

e receosos pela sua segurança.

Ainda durante a noite, o grupo Habeas Corpus publicou um vídeo nas redes sociais no qual confirma a autoria dos atos de vandalismo. Nesse vídeo, o ex-juiz Rui Fonseca e Castro, presidente do referido grupo, reafirma a narrativa constante dos cartazes e declara que a AIMA continuará encerrada “por determinação nossa e por tempo indefinido enquanto os portugueses forem cidadãos de segunda na sua própria terra”.

Trata-se de mais um episódio de racismo e xenofobia que pretende ameaçar e aterrorizar imigrantes, naturalizando, na esfera pública, um discurso inaceitável e criminoso. Diga-se, aliás, que este fenómeno não é alheio ao discurso das mais altas autoridades do país que, de forma consistente, têm veiculado a ideia de o país estar “de portas escancaradas” e de que existe uma correlação entre o aumento da criminalidade e o aumento da imigração, apesar de tal facto já ter sido totalmente desmentido por dados oficiais e em várias instâncias. As palavras têm consequências nas ruas e nas vidas das pessoas, pelo que já vai sendo hora de os responsáveis políticos do nosso país pararem de ignorar as repercussões que o discurso político tem na segurança dos cidadãos imigrantes.

Ora, o grupo Habeas Corpus está há muito sinalizado como uma entidade que promove o ódio, o racismo e a homofobia, facto em relação ao qual o Bloco de Esquerda tem vindo a alertar o Governo. Lamentavelmente, não só não se vê da parte do executivo medidas políticas concretas para pôr cobro à atuação de organizações promotoras do ódio, como ainda o vemos a proferir um discurso que acaba por conferir credibilidade e legitimação a este tipo de organização.

O crescimento dos crimes de ódio e de manifestações racistas e xenófobas é um problema sério, com características muito próprias e que deve ser tratado com a seriedade e especificidade que merece. É fundamental que este tipo de crimes de ódio seja devidamente classificado pelas autoridades como tal e sancionado não só em termos judiciais como em termos de discurso político e políticas públicas.

Este ataque, apesar de não atingir fisicamente cidadãos imigrantes, tem como objetivo espalhar o terror e constitui um ataque à própria imagem e autoridade do Estado, devendo como tal ser encarado pelo poder político.

Esta situação exige esclarecimento, pelo que atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através da Ministra da Administração Interna, as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério conhecimento desta situação?
2. Foi aberto algum inquérito relativamente a estes factos? Em caso afirmativo, que medidas foram tomadas?
3. Confirma o Ministério que foi executado um ataque ao sistema informático da AIMA? Em caso afirmativo, qual a sua extensão, impacto e danos ocorridos?
4. Que medidas serão adotadas para que ataques desta natureza não se repitam?

Palácio de São Bento, 7 de outubro de 2024

Deputado(a)s

FABIAN FIGUEIREDO(BE)

MARISA MATIAS(BE)

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)